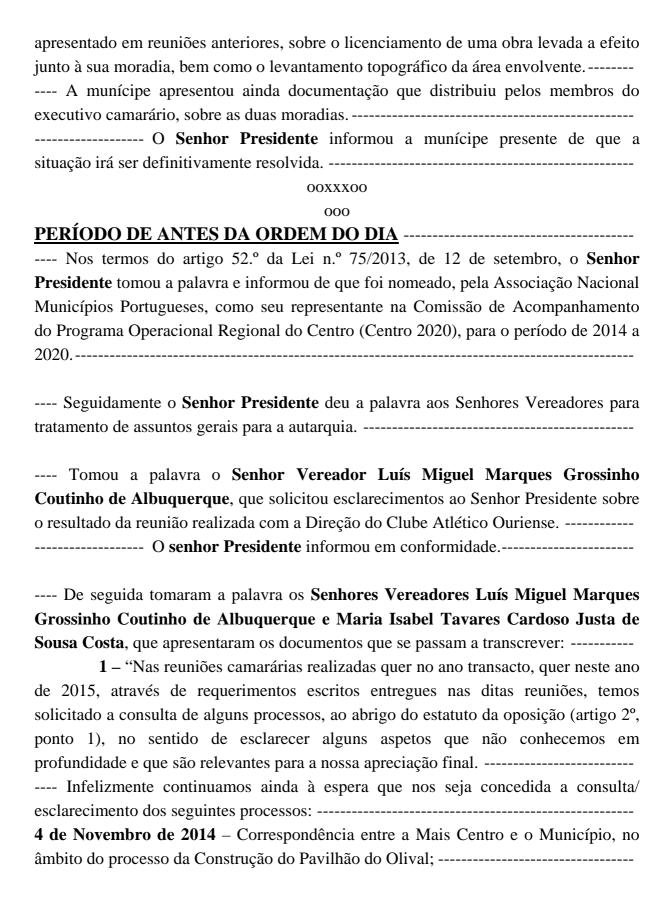


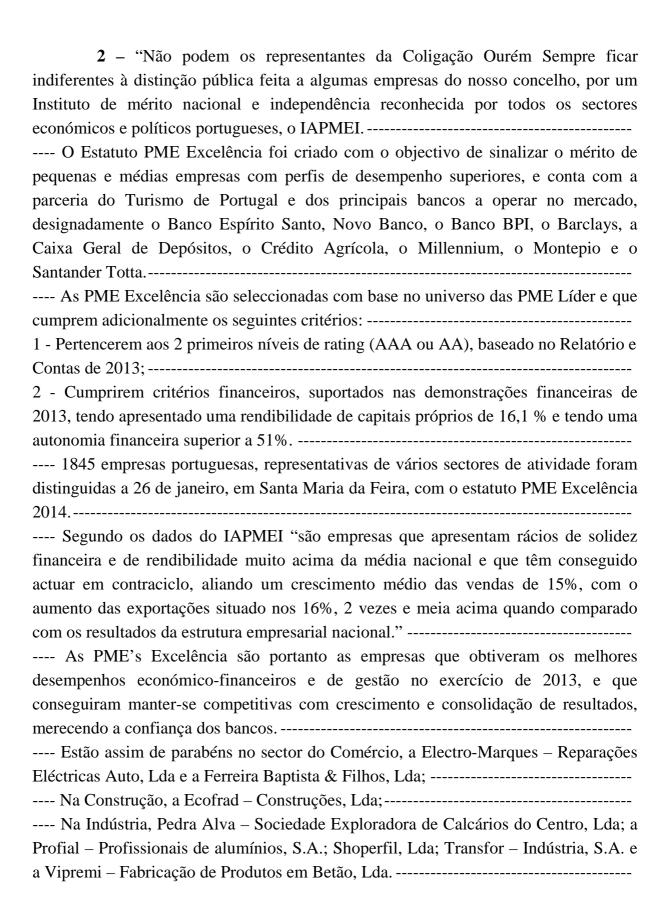
ATA N.º 4 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na Cidade de			
Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada,			
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do			
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA			
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO			
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,			
MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO			
JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo			
Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e			
Planeamento			
OOXXXOO			
000			
ABERTURA DA REUNIÃO			
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E			
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM			
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º			
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO			
OOXXXOO			
000			
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA			
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de			
Competências efetuada na reunião de 22 de outubro de 2013, considerou justificada a			
falta do Senhor Vereador JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, por motivos de			
ordem pessoal			
A CÂMARA FICOU INTEIRADA			
OOXXXOO			
000			
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE			
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 22 de outubro de 2013, a			
Câmara começou por ouvir a seguinte munícipe presente:			
Filomena Maria Espírito Santo Coelho dos Reis, residente na Rua Santa Isabel,			
n.º 20, em Caxarias, deste Concelho, a solicitar a resolução do problema, já			

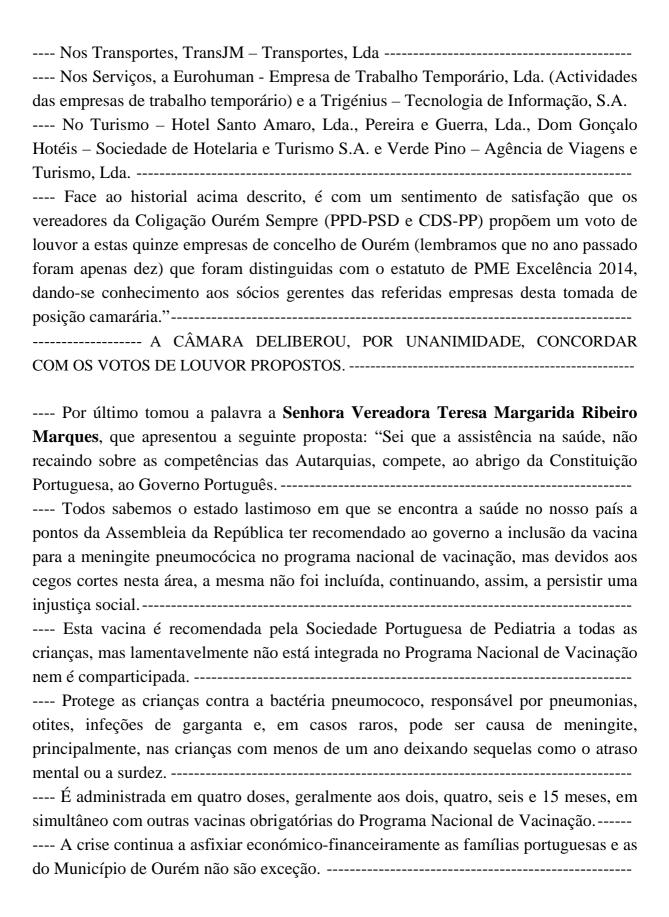




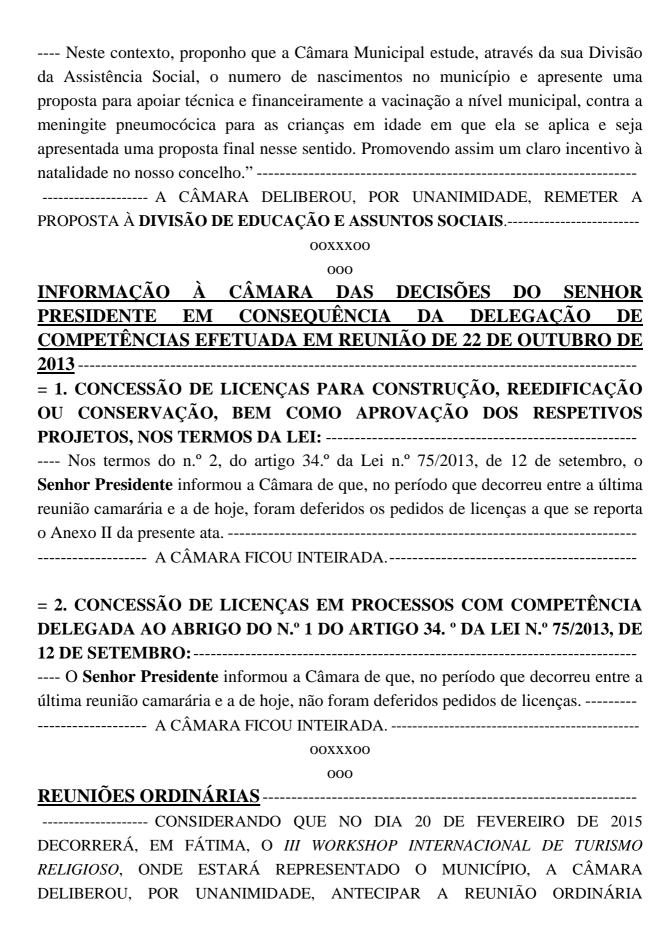
18 de Novembro de 2014 – Ajuste directo entre o Município de Ourém e Alexandre Miguel Lopes Penedos Amendoeira (este processo foi-nos apresentado pelo Chefe de Gabinete, mas no entanto estava incompleto, pelo que continuamos a aguardar a sua correcta disponibilização);-----18 de Novembro de 2014 - Processos concursais para pessoal dirigente do Município de Ourém;-----**6 de Janeiro de 2015** – Relatório da anterior Conselheira Local para a Igualdade do Género, Dr.ª Leonilde Madeira; -----6 de Janeiro de 2015 – Conclusão e financiamento da obra Posto de Atendimento a Turistas, por parte da Mais Centro ;-----6 de Janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o apuramento dos valores apresentados pelo Município no que se refere ao que dizem ser o valor em dívida por parte do Ministério da Educação ------**30 de Janeiro de 2015** – Projecto e Concurso do Posto de Atendimento a Turistas-------- Na reunião de Câmara de 04 de Novembro de 2014, fizemos uma declaração onde informávamos que, face à ausência de respostas aos nossos requerimentos em tempo útil, passaríamos a enviá-los para o CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos). ---------- No passado dia 4 de Fevereiro recebemos do CADA, resposta a um dos nossos requerimentos (Correspondência entre a Mais Centro e o Município, no âmbito do processo da Construção do Pavilhão do Olival), onde consta a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara.---------- Com estranheza verificámos que a resposta, com a data de 30 de Janeiro de 2015, diz "Informamos Vo exias que os dossiers solicitados já foram disponibilizados para consulta aos interessados". ---------- Nada mais falso! ---------- Nada nos foi disponibilizado nem informado! --------- Ontem, dia 05 de Fevereiro, a secretária da Sra. Vereadora Lucília Vieira, contatou-nos no sentido de marcar uma reunião para consulta do referido processo.-------- Seis dias após a informação falsa que o Sr. Presidente prestou ao CADA!--------- Face ao acima exposto e dado que continua a não existir qualquer abertura por parte da vereação socialista quanto à consulta da documentação pretendida de todos os outros processos acima indicados, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre, embora lamentem ter de tomar esta decisão, reservam-se no direito de, além do CADA, recorrer a outras entidades competentes, no sentido de ser reposta a legalidade democrática."------



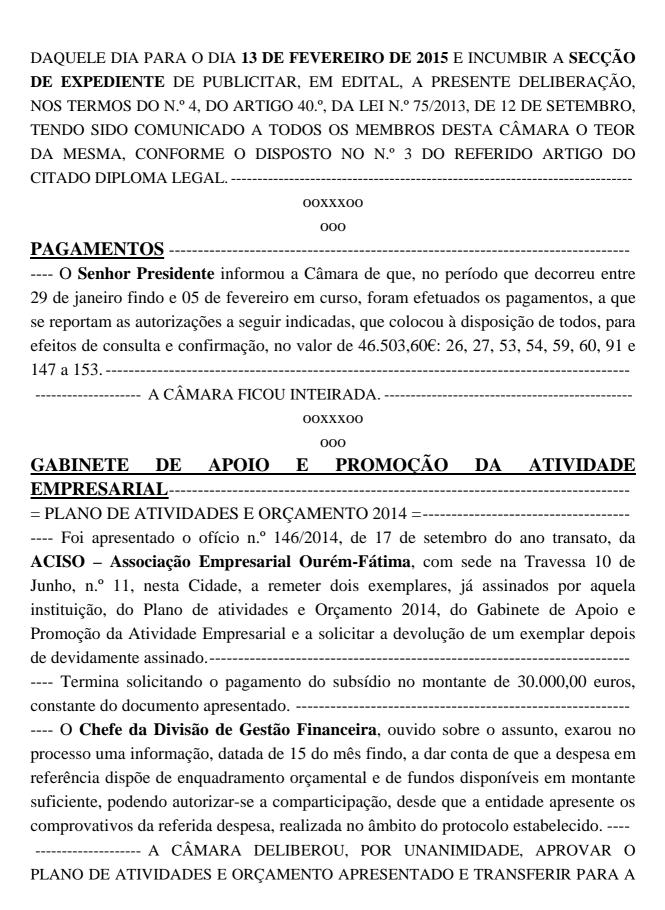




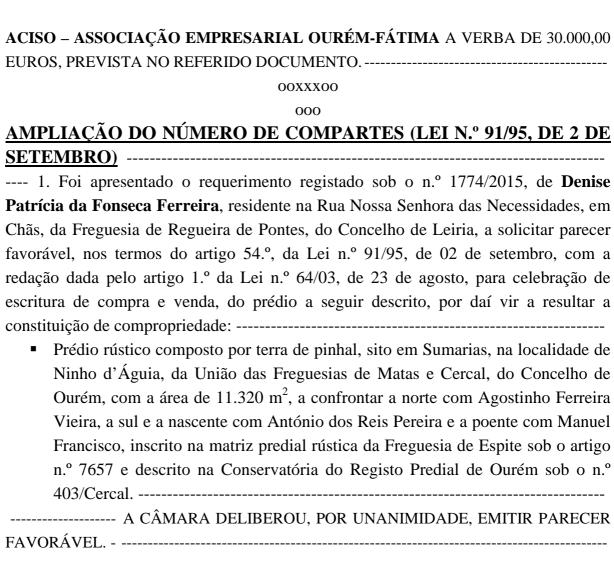




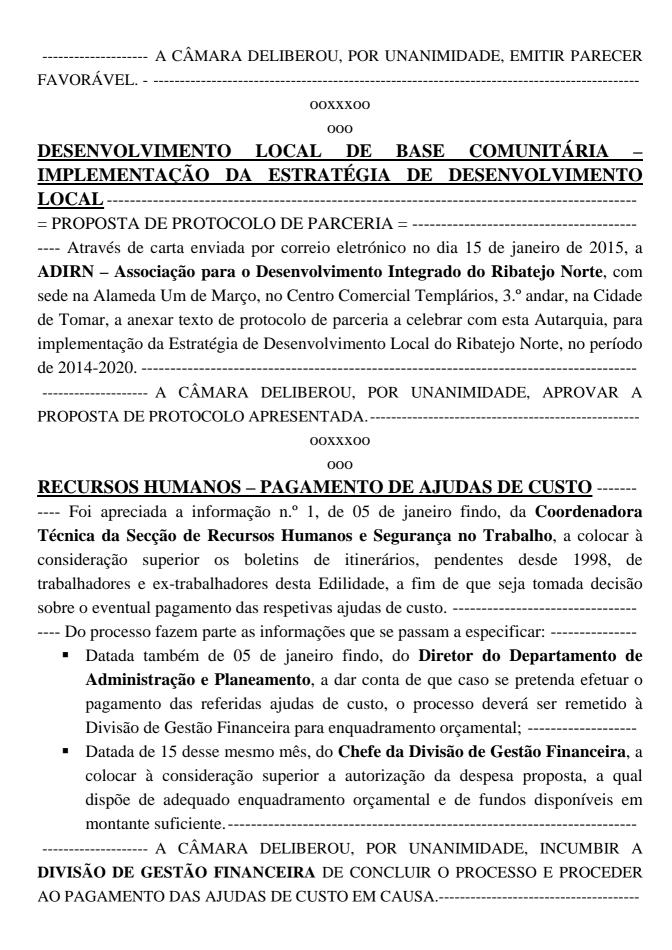














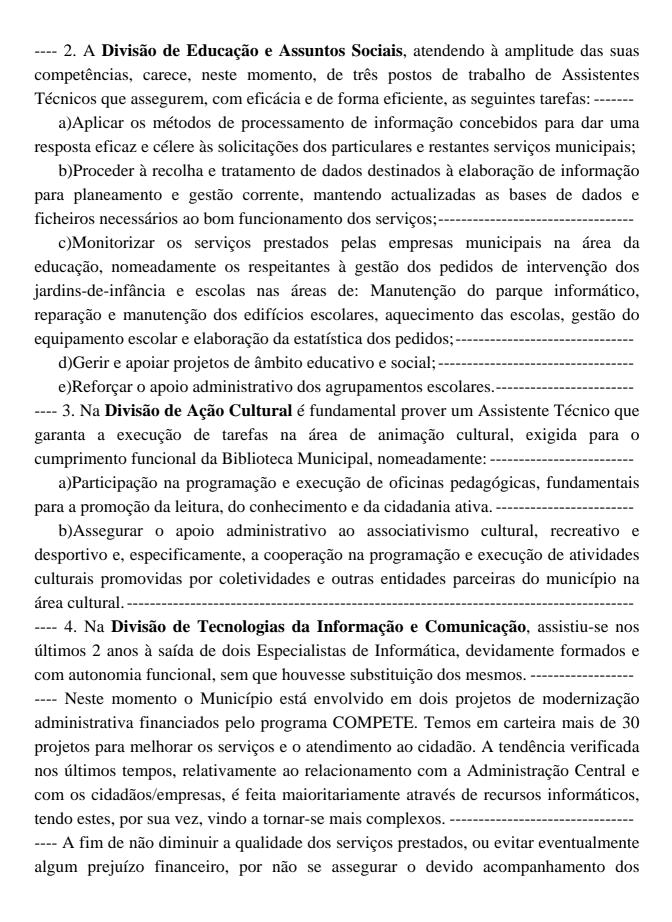
OOXXXOO

000

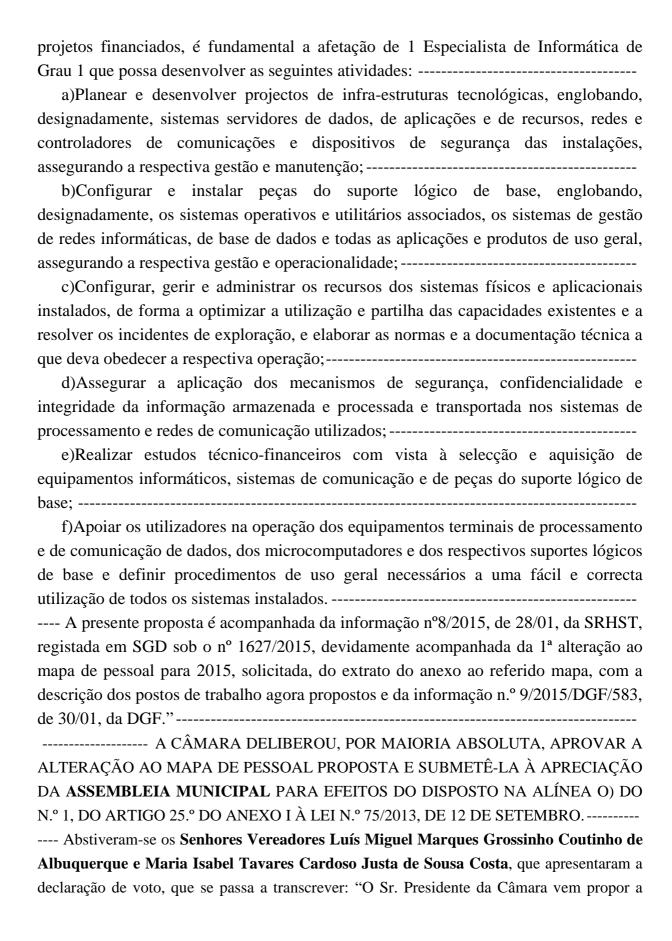
PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2015 --------- No âmbito do assunto mencionado em título, foi apreciada a proposta n.º 1, datada de 02 de fevereiro em curso, do Senhor Presidente, que a seguir se reproduz na íntegra: "Considerando a manifesta necessidade de dotar os serviços de recursos humanos habilitados a desenvolver as tarefas abaixo indicadas, para as quais se considera haver conveniência de interesse público, designadamente quanto à economia, eficácia e eficiência dos serviços, nomeadamente na Divisão de Ambiente, Divisão de Educação e Assuntos Sociais, Divisão de Ação Cultural e Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação, **proponho**, ao abrigo do artigo 29º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a criação de 6 postos de trabalho com relação jurídica de emprego público de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, a prover por mobilidade intercarreiras, para 5 Assistentes Técnicos e 1 Especialista de Informática de Grau 1. --------- Em face do exposto, apresenta-se breve justificação, por divisão, da necessidade da criação dos postos de trabalho referidos: --------- 1. Inerentes à manutenção e utilização do Estaleiro Municipal, estão associadas as seguintes tarefas, asseguradas pela **Divisão de Ambiente**:----a)Controlar e registar todas as entradas e saídas do estaleiro municipal, de forma a evitar roubos e vandalismos; ----b)Controlar e registar, com identificação do utilizador, as descargas de resíduos efetuadas pelas empresas do concelho, a fim de evitar descargas ilegais com custos acrescidos para o Município;-----c)Controlar e encaminhar a produção de resíduos resultantes de operações efetuadas no estaleiro, a fim de serem registados no Mapa Anual de Resíduos a entregar na Agência Portuguesa do Ambiente; ----d)Assegurar que todo o espaço exterior se mantém em condições condignas de utilização, atendendo ao elevado número de utilizadores, quer internos quer externos ao serviço, tomando as providências necessárias quando tal não estiver a acontecer. ---

---- A criação de um posto de trabalho de Assistente Técnico, com a caracterização que permita assegurar as tarefas acima descritas, reveste um caráter de interesse público, podendo evitar custos adicionais, tornando os serviços mais eficazes e

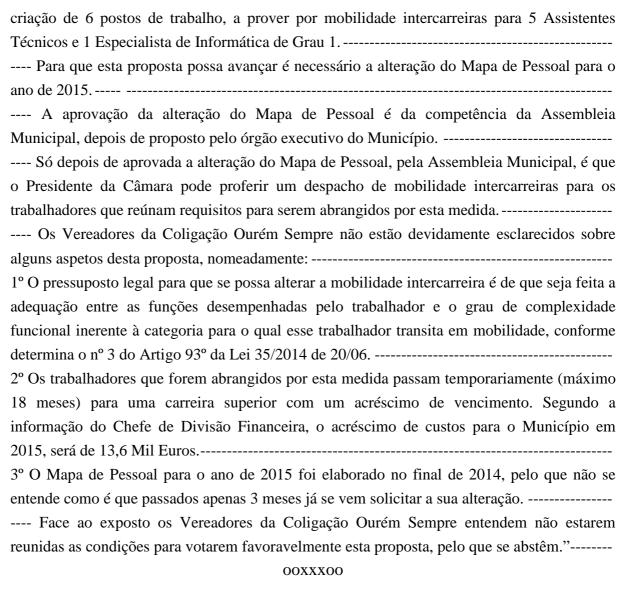










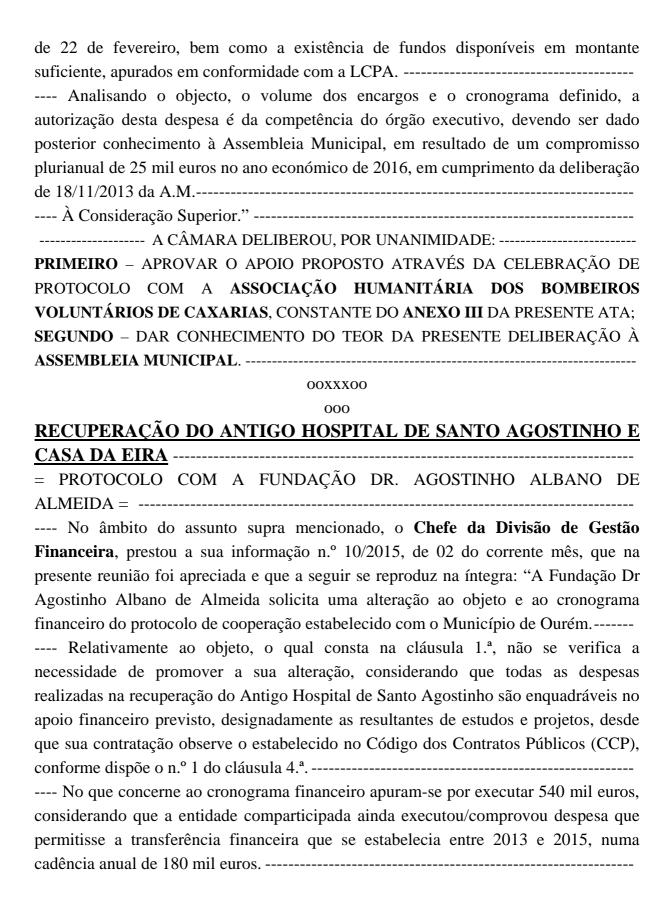


000

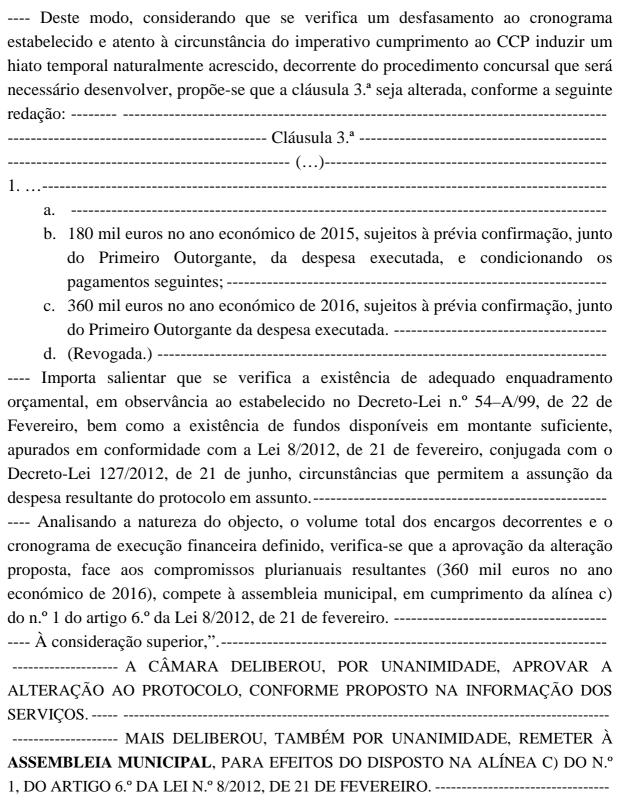
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS

= AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA = ------

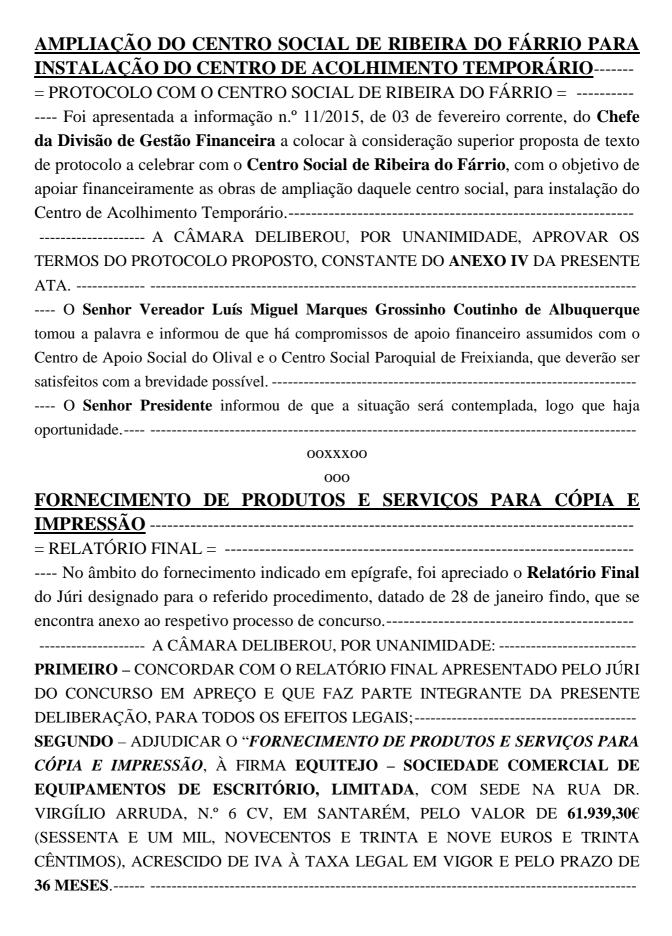
---- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, na reunião de 14 de fevereiro de 2013, aquando do *Período de Antes da Ordem do Dia*, a propor uma comparticipação de 50.000,00 euros, nos custos de aquisição de uma ambulância para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, foi apresentado o processo registado sob o n.º 13.811/2014, do Serviço Municipal de Proteção Civil, instruído com a informação, datada de 29 de janeiro de 2015, do **Chefe da Divisão e Gestão Financeira**, que se passa a transcrever: "A despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no DL54-A/99,













ooxxxoo

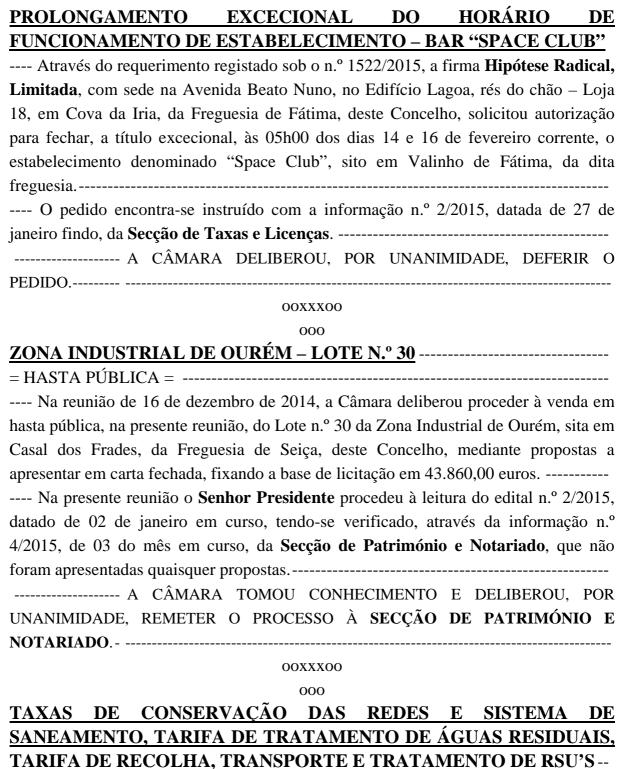
000

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO JURÍDICO NO
ÂMBITO DO DIREITO DO URBANISMO E DO DIREITO DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Na reunião de 02 de dezembro de 2014, na presença de deliberação com título
idêntico à presente, a Câmara deliberou adjudicar a referida prestação de serviços à
firma Fernanda Paula Oliveira, Limitada, pelo valor de 18.900,00€, acrescido de IVA
à taxa legal em vigor
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a
informação n.º 22/2015, de 27 do mês findo, da Secção de Contratação Pública e
Aprovisionamento a propor a adjudicação da prestação de serviços mencionada em
epígrafe, por ajuste direto (ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos
Contratos Públicos), com custos estimados em 23.900,00€, acrescidos de IVA à taxa
legal em vigor, anexando para o efeito os respetivos Convite e Caderno de Encargos
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – REVOGAR A DELIBERAÇÃO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014;
SEGUNDO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS
SERVIÇOS EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 5 E 12, DO
ARTIGO 75.°, DA LEI N.° 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO;
TERCEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE
AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO
DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);
QUARTO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS
APRESENTADOS;
QUINTO – CONVIDAR A FIRMA FERNANDA PAULA OLIVEIRA, LIMITADA
COM SEDE NA RUA D. SANCHO I, N.º 48, EM SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS, DO
CONCELHO DE COIMBRA, A APRESENTAR PROPOSTA;
SEXTO - NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA
PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA
SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO
MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA
ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE
OLIVEIRA, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA
EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE
COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR



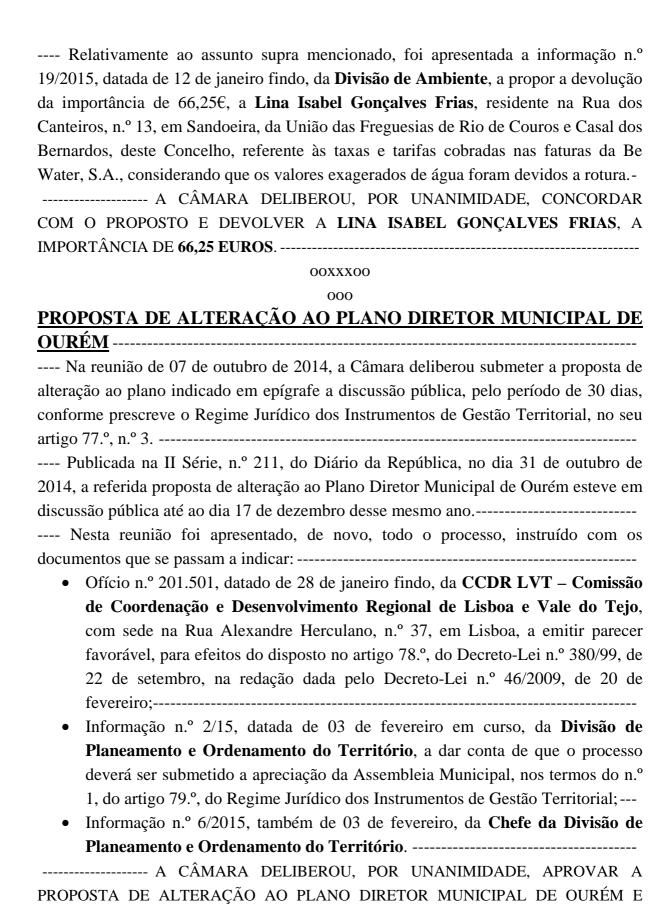
OOXXXOO

000

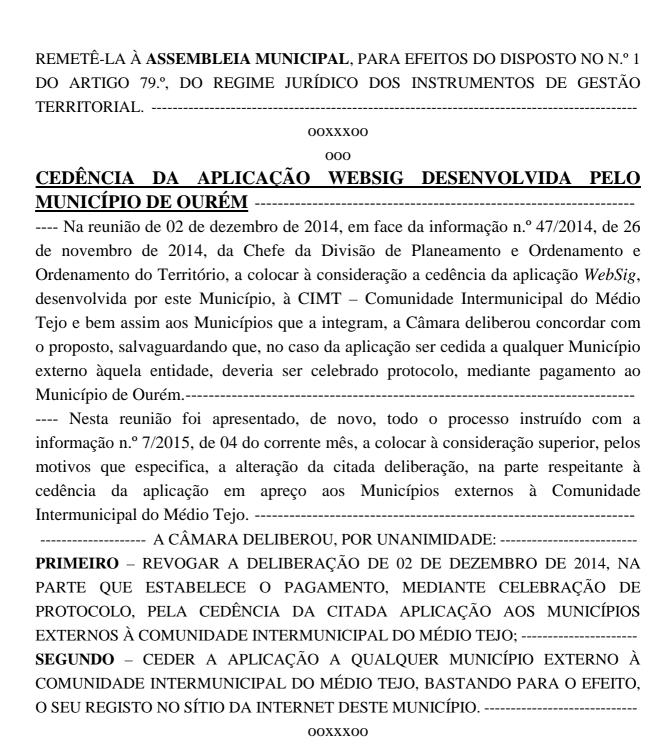


= PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VERBA POR MOTIVOS DE ROTURA = ------





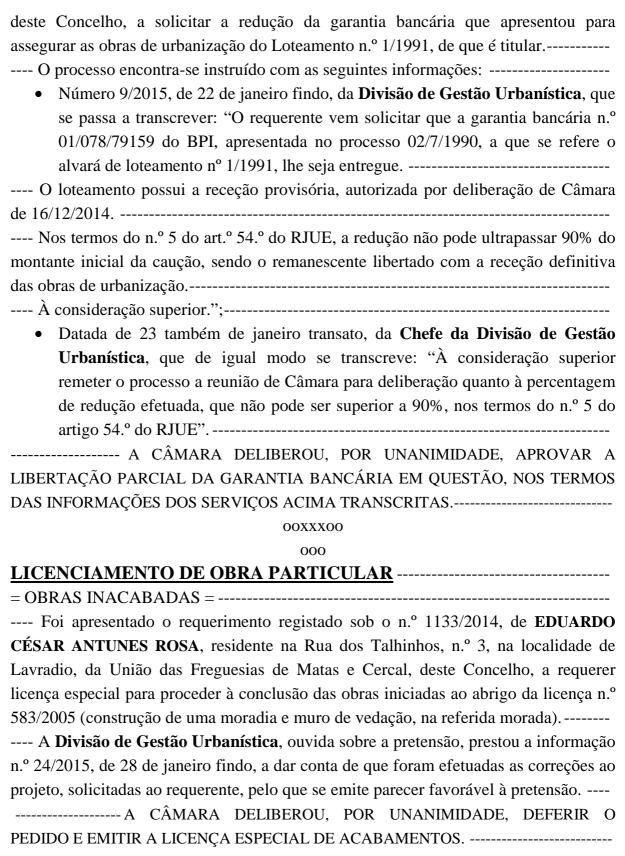




000

LOTEAMENTO N.º 1/1991 -----



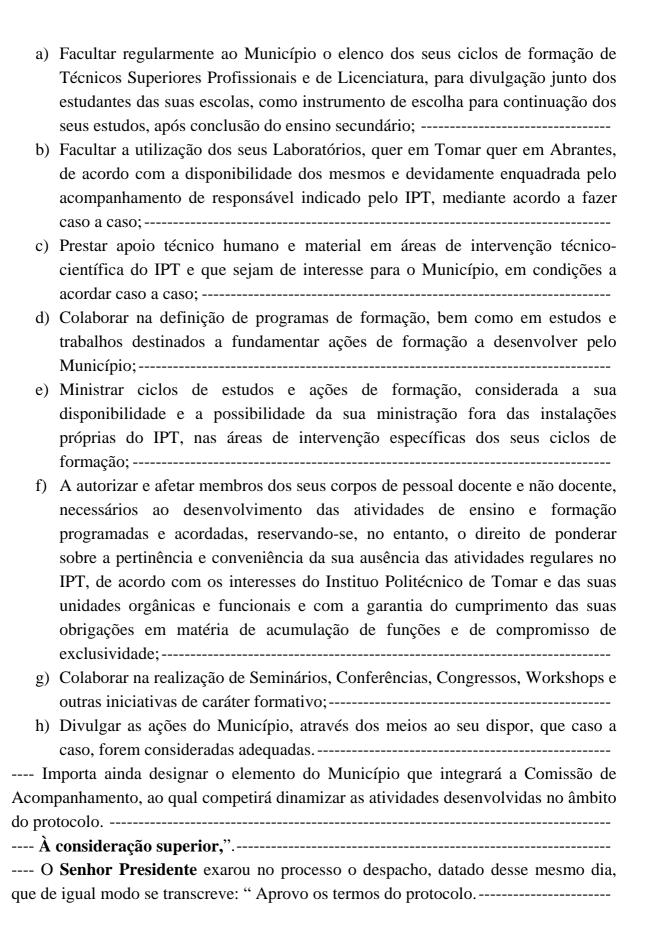




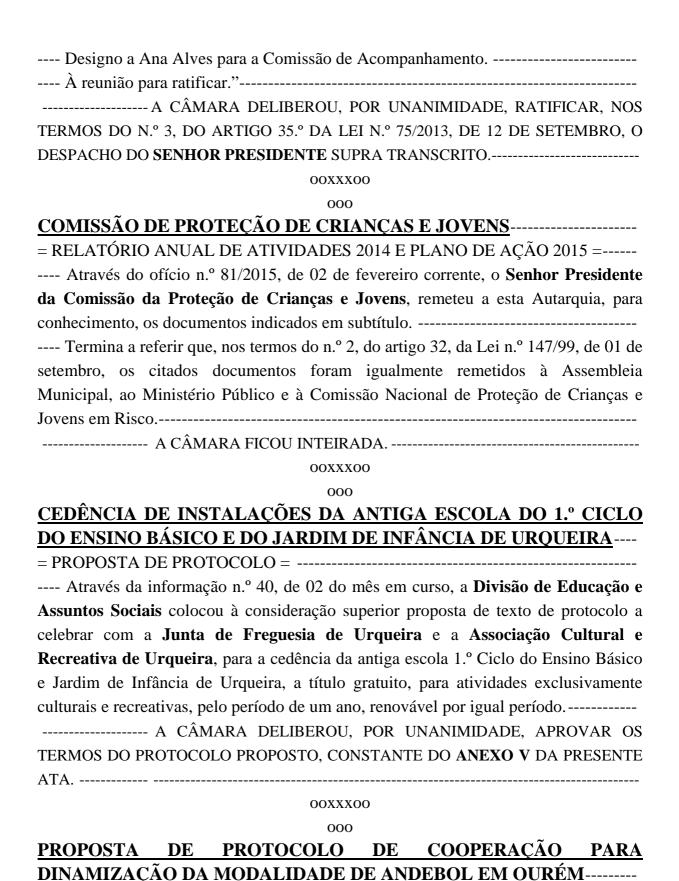
000

PROTOCOLO COM O INSTITUTO POLITECNICO DE TOMAR			
A Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, sobre o assunto supra			
mencionado, prestou a sua informação n.º 34, datada de 30 do mês findo, que na			
presente reunião foi apreciada e que a seguir se passa a transcrever: "O Sr. Pró-			
Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. José Farinha, enviou no dia 27 de			
janeiro de 2015, minuta de Protocolo a celebrar no âmbito dos Cursos Técnicos			
Superiores Profissionais			
O Agrupamento de Escolas de Ourém e a INSIGNARE, são os parceiros que			
iremos necessitar para o cumprimento do objeto deste documento. Pelo que, após			
contacto junto da diretora e o diretor executivo, respetivos, verifica-se que estes			
estabelecimentos de ensino irão colaborar neste processo			
Tratando-se de um protocolo de cooperação que tem em vista iniciativas nos			
domínios do ensino, formação, apoio técnico/consultoria e divulgação, parece-nos			
importante o estabelecimento formalizado desta forma de cooperação			
Neste âmbito, ao município compete-lhe:			
a) Prestar ao Instituto Politécnico de Tomar, dentro das suas possibilidades,			
qualquer colaboração que lhe seja solicitada e que se enquadre no âmbito das			
suas competências;			
b) Promover no Município de Ourém, os Cursos de Técnicos Superiores			
Profissionais, Cursos de Licenciatura e demais atividades formativas realizadas			
pelo IPT;			
c) Apoiar a presença no Município de Ourém de delegações credenciadas pelo			
Instituto Politécnico de Tomar, para divulgação das suas atividades formativas;			
d) Ceder espaços, devidamente infraestruturados, para a realização das atividades			
de ensino e formação a desenvolver pelo IPT na sede do Município de Ourém			
que venham a ser acordadas;			
e) Apoiar o IPT em diligências com vista à obtenção de apoios financeiros, junto			
entidades nacionais, comunitárias ou outras, para financiamento das atividades			
a prosseguir no âmbito do presente protocolo, especificamente orientados para			
as que serão desenvolvidas no Município de Ourém assumindo em parceria ou			
em articulação como o IPT, as necessárias candidaturas a esses apoios e o seu			
acompanhamento			
O IPT compromete-se a:			

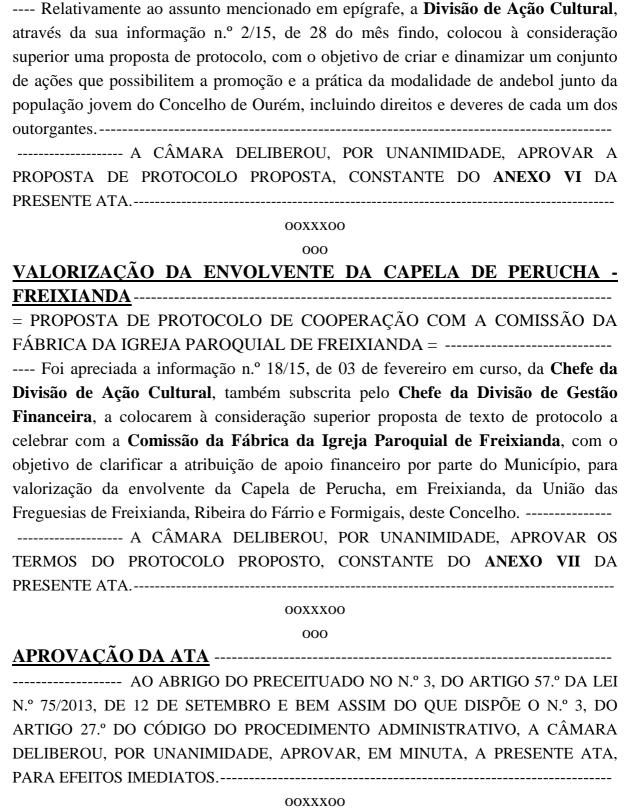




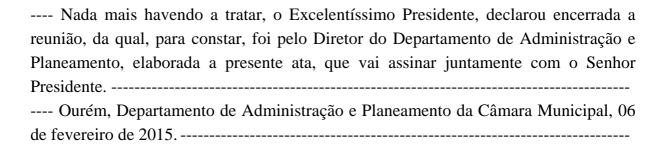












O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 06/02/2015

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2013.10.22:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

= Gabinete de Apoio e Promoção da Atividade Empresarial – Plano de Atividades e Orçamento 2014 – Ofício n.º 146/2014, datado de 17 de setembro de 2014, da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima.

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO

2.1. DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

2.1.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
 - Requerimento registado sob o n.º 1774/2015, de Denise Patrícia da Fonseca Ferreira, sobre prédio sito em Sumarias – Ninho d'Águia, da União das Freguesias de Matas e Cercal;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 1916/2015, de Vítor Manuel Lopes Ribeiro e outros, sobre prédio sito em Cidral, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
- = Desenvolvimento Local de Base Comunitária Implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local Proposta de protocolo de parceria Carta enviada por correio eletrónico no dia 15 de janeiro de 2015, pela ADIRN Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte.

2.1.2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

- = Recursos Humanos Pagamento de ajudas de custo Informação n.º 1, de 05 de janeiro findo, da Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho;
- = 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2015 Proposta n.º 1, datada de 02 de fevereiro de 2015, do Senhor Presidente da Câmara.

2.2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias — Aquisição de ambulância — Processo registado sob o n.º 13.811/2014, do Serviço Municipal de Proteção Civil;



- = Recuperação do antigo Hospital de Santo Agostinho e Casa da Eira Protocolo com a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida Informação n.º 10/2015, de 02 de fevereiro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Ampliação do Centro Social de Ribeira do Fárrio para instalação do Centro de Acolhimento Temporário Protocolo com o Centro Social de Ribeira do Fárrio Informação n.º 11/2015, de 03 do corrente mês, do Chefe da DGF.

2.2.1. SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Fornecimento de produtos e serviços para cópia e impressão Relatório final, datado de 28 de janeiro de 2015;
- = Contratação de serviços para apoio jurídico no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ordenamento do território Informação n.º 22/2015, de 27 do mês findo, da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento.

2.2.2. SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS

= Prolongamento excecional do horário de funcionamento de estabelecimento – Bar "Space Club" – Requerimento registado sob o n.º 1522/2015, da firma Hipótese Radical, Limitada.

2.2.3. SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Zona Industrial de Ourém – Lote 30 – Hasta pública – Informação n.º 4/2015, de 03 de fevereiro em curso, da Secção de Património e Notariado.

3. DEPARTAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. DIVISÃO DE AMBIENTE

= Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's – Pedido de devolução de verba por motivos de rotura – Informação n.º 19/2015, de 12 de janeiro findo, da Divisão de Ambiente.

3.2. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Alteração ao Plano Diretor Municipal de Ourém Informação n.º 6/2015, de 03 do corrente mês, da Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT);
- = Cedência da aplicação *WebSig* desenvolvida pelo Município de Ourém Informação n.º 7/2015, de 04 de fevereiro corrente, da Chefe da DPOT.

3.3. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Loteamento 1/1991 Pedido de libertação parcial de garantia bancária Requerimento registado sob o n.º 1042/2015, da firma Agro-Indústria Fonte da Moura, Limitada;
- = Obra particular inacabada Pedido de licença para conclusão de obra Requerimento registado sob o n.º 1133/2014, de Eduardo César Antunes Rosa.

4. DEPARTAMENTO DE CIDADANIA

4.1. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar Informação n.º 34, de 30 do mês findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Relatório anual de atividades 2014 e Plano de ação 2015 Informação n.º 81/2015, datado de 02 de Fevereiro em curso, da comissão;



= Cedência de instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância de Urqueira — Proposta de protocolo — Informação n.º 40, de 02 de Fevereiro em curso, da DEAS.

4.2. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Proposta de protocolo de cooperação para dinamização da modalidade de Andebol em Ourém Informação n.º 2/15, de 28 do mês findo, da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Valorização da envolvente da Capela da Perucha Freixianda Proposta de protocolo de cooperação com a Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda Informação n. 18/15, de 03 de fevereiro em curso, da Chefe da DAC, também subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

Câmara Municipal de Ourém, 3 de fevereiro de 2015

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 30/01/2015 a 05/02/2015

Processo nº	Requerente	Local
125/2015	Ana e Isabel, Ld ^a	Rua Francisco Marto - Fátima
695/1993	Luís Manuel Gameiro de Oliveira	Estrada de Leiria - Atouguia
32/2014	O Sino-Exploração de Restaurantes e Hotéis, Lda	Av. D. José Alves Correia da Silva - Fátima
3916/2000	Ouripneus, Lda	Casais da Caridade - Freguesia de N. Sra Piedade
2241/2014	Petroliveira – Sociedade Unipessoal, Lda.	Mata - Urqueira
1744/2014	Segmento ponto4 – Gab. Arqta.Lda	Rua Principal – Moimento – Fátima
2206/2014	Vítor Manuel Gaspar Domingos e outros	Estrada Nacional – Na.Sra. Piedade

OURÉM, 06 de fevereiro de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS

O Município de Ourém, ciente da necessidade de melhorar as condições físicas e operacionais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caxarias vem por este meio celebrar o presente protocolo considerando que:

- a) De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), a proteção civil é uma atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram, circunstância que deriva numa atividade permanente, multidisciplinar e plurissectorial;
- b) A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias (AHBVC), através do seu corpo de bombeiros, é um agente de proteção civil, em observância ao disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, a qual aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, desempenhando um papel fulcral em matéria de prevenção e socorro de pessoas e bens na sua área de intervenção adstrita ao concelho de Ourém;
- c) O Corpo de Bombeiros é uma estrutura operacional de referência obrigatória nessa missão de defesa e salvaguarda de pessoas e bens, treinada e preparada para agir com prontidão, constituindo um elo privilegiado de intervenção prioritária num vasto leque de ocorrências, detendo infraestruturas organizativas e de trabalho que permitem, sob diversos regimes de permanência e execução, um atendimento da população 24 horas por dia, todos os dias do ano;
- d) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, de acordo com alínea j) do n.º 2, do art. 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante designado por RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Fl.32 06/02/2015 Anexo III



e) O Município de Ourém pretende dotar a Associação de melhores recursos, especificamente a aquisição de uma Ambulância de Socorro com o propósito do cumprimento dos seus objetivos e dos respetivos estatutos.

Deste modo, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara de Ourém, em de 06 fevereiro de 2015, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, é celebrado o presente protocolo entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1 – 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, pessoa coletiva de direito privado com o NIPC 501 392 629, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, nº 5, 2435-123 Caxarias, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, Filipe Frias Antunes da Graça.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)

Constitui objeto do presente protocolo colaboração a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma Ambulância de Socorro (ABSC) tendo em consideração o Despacho n.º 21638/2009, de 28 de setembro (especificações técnicas de veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros) bem como as características elencadas no anexo, que faz parte integrante do presente protocolo.



CLÁUSULA SEGUNDA (Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte;
- Os apoios financeiros mencionados na cláusula seguinte serão transferidos durante a vigência do presente protocolo, tendo em conta os atuais níveis de liquidez financeira do Primeiro Outorgante;
- 3. Todos os apoios financeiros a atribuir pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, serão por transferência bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA (Plano de pagamentos)

O apoio atribuído, obedece ao seguinte plano de pagamentos:

- a) Em maio de 2015, o valor de 25.000,00€ (vinte cinco mil euros);
- b) Em maio de 2016, o valor de 25.000,00€ (vinte cinco mil euros);

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações genéricas do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente protocolo de colaboração;
- b) Aplicar e administrar corretamente o apoio que lhe está a ser concedido tendo em conta o objeto do presente protocolo de colaboração;
- Atender, na sua atuação, aos critérios de eficácia e eficiência na gestão do apoio que lhe está a ser concedido;
- d) Divulgar no âmbito do objeto ao abrigo do presente protocolo "Oferta do Município de Ourém", devendo esta evidência estar identificável na Ambulância de Socorro;
- e) Cumprir o estabelecimento no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), considerando que a ação em causa é financiada maioritariamente por recursos públicos;



- f) Manter nas suas instalações, dossier devidamente organizado, com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e, disponibilizá-los (diretamente ou através dos seus representantes legais ou institucionais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante três anos após o término do presente protocolo;
- g) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direção-Geral dos Impostos.

CLÁUSULA QUINTA

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula primeira, deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto de apoio definido.

CLÁUSULA SEXTA

(Acompanhamento e controlo do Protocolo de Colaboração)

O acompanhamento e controlo do presente protocolo de colaboração compete ao Primeiro Outorgante, assistindo-se o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.

CLÁUSULA SÉTIMA (Revisão do Protocolo de Colaboração)

O presente protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso Interesse Público.



CLÁUSULA OITAVA

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente protocolo de colaboração constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente protocolo de colaboração constitui impedimento para a apresentação de novo Pedido de Atribuição de Apoio por parte do Segundo Outorgante durante um período mínimo de 3 anos.

CLÁUSULA NONA (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na cláusula terceira, o período de vigência do presente protocolo de colaboração inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

O presente protocolo de colaboração comp	preende 10 (dez) folhas, incluindo 4 (quatro)		
folhas respeitantes ao anexo, que irão ser rub	oricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha		
6 (seis), em virtude de conter as assinaturas o	dos mesmos.		
Celebrado aos dias do mês de de 2015, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.			
Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante		

Filipe Frias Antunes da Graça

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



ANEXO CARACTERÍSTICAS AMBULÂNCIA DE SOCORRO

CABINE DE CONDUÇÃO:

- Dois lugares individuais
- Painel táctil de comando de sinalização e equipamentos da célula sanitária.
- Comandos de sinalização acústica.
- Disjuntor unipolar de proteção (220 V).
- Tomada de 12 V.
- Luz de leitura de mapas.
- Intercomunicador entre a cabine e a célula sanitária
- Suporte para um extintor.

CÉLULA SANITÁRIA:

- Estrutura Interior reforçada com tratamento anticorrosão.
- Divisória rígida de separação entre cabine e célula sanitária, equipada com dois vidros móveis que permitem a comunicação.
- Piso e painéis revestidos térmico e acusticamente, com material lavável de excelente qualidade.
- Uma maca colocada no lado esquerdo da célula sanitária, de conceção, fabricada em alumínio, com elevação da cabeceira e elevação de membros inferiores, resguardos laterais, colchão forrado a material lavável, não absorvente, cintos de segurança, porta soros amovível e certificada em conformidade com a norma NP EN 1865:2002
- Um Carrinho de Transporte de conceção, fabricado em alumínio, com pernas articuladas, posições intermédias, certificado em conformidade com a norma NP EN 1865:2002
- Um Charriot de conceção, fabricado em alumínio, que permite a deslocação do conjunto maca/carrinho lateralmente e no sentido eflec/posterior, acrescido de sistema TRENDLEMBURG e com suporte para aplicação de maca "Redimax".



- Dois Bancos individuais, equipados com apoios de braço e cintos de segurança de 3 pontos, forrados a napa ignífuga, laváveis e com características antifungos e antibactérias, homologados de acordo com a EN1789, sendo um colocado à cabeceira da maca e outro rotativo e rebatível na parte lateral direita.
- Suporte para duas garrafas de oxigénio.
- Suportes para oxigénio portátil.
- Dois suportes para soro.
- Dois Varões de apoio longitudinais no teto da célula.
- Três pontos de luz tecnologia led na célula sanitária.
- Dois focos de luz de intensidade variável.
- Ventilador elétrico com sistema de extração/introdução de ar aplicado no teto da célula.
- Vários armários para primeiros socorros.
- Quatro gavetas para acondicionamento do respetivo material nas cores: amarelo, verde, vermelha e azul.
- Suporte para cadeira de transporte.
- Suporte para Plano duro e tala de tração.
- Armário com prateleiras para colocação de sacos de 1º socorros, á entrada da porta lateral.
- Lavatório com água fornecida por bomba elétrica.
- Armário com gavetas colocado do lado direito da célula à entrada da porta traseira.
- Porta toalhetes e saboneteira.
- Contentor de cortantes
- Sistema de aquecimento na célula.
- Sistema de aviso entre a célula e a cabine de condução.
- Seis Tomadas de 12 V e quatro de 220 V.
- Projetor orientável e destacável aplicado na parte de trás da célula
- Quadro elétrico de Comandos digitais.



EXTERIOR DA VIATURA:

- Quatro rotativos de cor azul tecnologia led.
- Conjunto de dois sinalizadores microled azuis aplicados na frente da viatura.
- Sistema acústico de cinco tons com potência de 100 W e alta voz.
- Oito sinalizadores amarelos intermitentes aplicados nas laterais.
- Dois projetores direcionais aplicados nas laterais da viatura.
- Tomada exterior de 220 V.
- Todos os vidros da célula sanitária foscados a 2/3 com papel especial autocolante de acordo com as exigências da EN 1789.
- Decoração Exigida por portaria.

EQUIPAMENTO:

QTD.	EQUIPAMENTO
1	Maca de vácuo
1	Maca tipo Pluma ou Radimax
1	Maca de transferência
1	Cadeira de rodas
1	Colete de extração
1	Plano duro longo c/ imobilizadores de cabeça, cintos de segurança e aranha
1	Conjunto de 8 colares cervicais c/ apoio de nuca 5 adulto e 3 pediátricos
1	Conjunto de talas de Madeira (Cjto de 8 elementos)
1	Tala de tração
1	Estetoscópio
1	Esfignomanómetro aneroide de parede
1	Termómetro digital
1	Lanterna p/ observação
1	Analisador de glicemia
2	Lençóis p/ queimados
3	Malas/saco p/ acondicionamento de material Azul, Verde e Amarelo
1	Sistema completo de oxigénio p/ duas garrafas de 20 lts 1 doente SEM GARRAFAS
1	Suporte para Sistema de oxigénio portátil
1	Aspirador elétrico com bateria Weinman basic
1	Tubos orofaringeos (conjunto de 6 elementos)
1	Tubos nasofaringeos (conjunto de 3 elementos)
1	Máscara p/ ventilação boca/máscara
1	Insuflador manual Adulto , c/ respetiva máscara
1	Insuflador manual Pediátrico , c/ respetiva máscara
6	Sondas de aspiração



10	Sondas nasais
5	Máscaras descartáveis p/ administração oxigénio com prolongamento
10	Cânulas nasais descartáveis p/ administração de oxigénio
1	Cobertura isotérmica
20	Lençóis descartáveis
10	Sacos p/ vómito
1	Tina em forma de rim
1	Arrastadeira
1	Urinol
1	Luvas cirúrgicas estéreis (cx 40)
1	Luvas não estéreis disposable (cx 100)
1	Kit de partos
1	Saco p/ transporte de cadáveres
2	Coletes retrofletores EN471
2	Par de luvas de proteção
2	Capacetes de proteção
2	Óculos de proteção
1	Corta cintos de segurança
1	Lanterna portátil c/ acumulador de energia
1	Extintor de 6 kg
1	Rádio de comunicação Banda Alta MOTOROLA
1	Material para tratamento de queimaduras e desinfeção de feridas
	Pré-instalação de Rádio TETRA com fornecimento de antena
1	Coluna de som para célula sanitária com ligação a rádio de comunicações e
	com comutador ON/OFF
1	Monitor Sinais Vitais AR Equipment com ECG, SPO2, NIBP e Temperatura.
	Fornecido com acessórios adulto e pediátrico, saco e suporte para ambulância
1	Desfibrilhador semiautomático LP1000



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO SOCIAL DA RIBEIRA DO FÁRRIO – "AMPLIAÇÃO DO CENTRO SOCIAL DE RIBEIRA DO FÁRRIO PARA INSTALAÇÃO DO CAT"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social, de acordo com a alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- No âmbito da missão e dos objectivos do Município de Ourém importa contribuir para a concretização de respostas sociais na comunidade, no caso em concreto, ao apoio de um equipamento destinado ao acolhimento temporário de crianças que se encontram em situação de risco;
- 3. O Centro Social da Ribeira do Fárrio é uma instituição particular de solidariedade social, constituída a 6 de Dezembro de 1993, que, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido uma série de actividades dirigidas às crianças, idosos e respectivas famílias;
- 4. O Centro Social da Ribeira do Fárrio, actualmente, desenvolve várias respostas sociais, designadamente, lar de idosos, centro de dia, serviço de apoio domiciliário, centro de convívio e centro de acolhimento temporário, e dá resposta a 122 cidadãos, tendo um importante papel no apoio a vulnerabilidades e a situações de risco social.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Centro Social da Ribeira do Fárrio, Instituição Particular de Solidariedade Social com o NIPC 503 089 915, com sede na Rua Padre João Pereira, n.º 2, em Ribeira do Fárrio, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Filipe de Jesus Janeiro.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Ampliação do Centro Social de Ribeira do Fárrio para Instalação do CAT", conforme projeto técnico previsto em Anexo – I, dotando a associação de melhores recursos no cumprimento dos seus objetivos e dos respetivos estatutos.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- 1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 50.000,00€ (Cinquenta Mil Euros), consignado a objeto definido na cláusula anterior, representando uma comparticipação de aproximadamente 25% das responsabilidades com recursos próprios do Segundo Outorgante, considerando que o investimento global elegível estabelecido em candidatura contratualizada no âmbito do PRODER, ascende a 401.422,04 euros (Quatrocentos e Um Mil Quatrocentos e Vinte e Dois Euros e Quatro Cêntimos), tendo um financiamento aprovado de 200 mil euros (Duzentos Mil Euros), conforme demonstra o Anexo II.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.



 Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado a 25% do valor executado que não tenha sido objeto de comparticipação comunitária.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 25 mil euros em fevereiro de 2015;
 - b. 25 mil euros em maio de 2015.
- O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da segunda (última) prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 4. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do Centro Social da Ribeira do Fárrio, com o número de identificação bancária 003508910003945513074, da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, conforme consta no Anexo III, que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias



autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Acolher as crianças e jovens encaminhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém no Centro de Acolhimento Temporário.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:
Câmara Municipal:
O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas às quais se juntam folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de de 2015, em dois exemplares de

igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Filipe de Jesus Janeiro



PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM, A JUNTA DE FREGUESIA DE URQUEIRA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE URQUEIRA

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos culturais, recreativos, sociais e desportivos de qualidade e de interesse para o concelho.

Considerando que se encontram disponíveis, no lugar de Urqueira freguesia de Urqueira, os edifícios onde funcionaram a Escola Básica do 1º Ciclo e o Jardim de Infância entendese que a Junta de Freguesia de Urqueira e a Associação Cultural e Recreativa de Urqueira são as entidades ajustadas para o seu usufruto, procurando tirar o maior proveito do mesmo, em função da população da freguesia/associados e fins que representa.

Neste sentido, o Município de Ourém celebra com a Junta de Freguesia de Urqueira e a Associação Cultural e Recreativa de Urqueira o presente Protocolo de cedência de instalações, na certeza de que é garantido um pleno aproveitamento das mesmas para as iniciativas de interesse daquela Associação.

O Presente Protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I Identificação dos Outorgantes

O Presente Protocolo de cedência de instalações é celebrado entre o Município de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, representada pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, a Junta de Freguesia de Urqueira e a Associação Cultural e Recreativa de Urqueira adiante designados como Segundo e Terceiro Outorgantes, respetivamente, representadas pelos seus Presidentes, Adão Moura Vasconcelos e Teófilo Bento Gameiro.

Cláusula II Objeto

O Presente Protocolo tem por objeto a cedência dos edifícios escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância, da localidade de Urqueira, que se encontram desativados, à Junta de Freguesia de Urqueira e à Associação Cultural e Recreativa de Urqueira, inscritos na



matriz predial urbana sob os artigos matriciais n.º 1154º e 2167º, respetivamente, da Freguesia de Urqueira e descritos na Conservatória do Registo Predial sob o número 4482 da mesma freguesia, de modo a tornarem-se um pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo da Freguesia e do lugar em particular.

Cláusula III Período de Vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste Protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por período igual de tempo, caso não seja denunciado por qualquer das partes com 30 dias de antecedência.

Cláusula IV

Direitos e Deveres do Primeiro Outorgante

- 1. O Primeiro Outorgante compromete-se a ceder a gestão dos edifícios escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Urqueira, aos Segundo e Terceiro Outorgantes, para que aí possam ser postos em prática objetivos definidos na Clausula II do presente Protocolo.
- 2. O Primeiro Outorgante reserva para si o direito de efetuar vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência os Segundo e Terceiro Outorgantes.

Cláusula V

Direitos e Deveres dos Segundo e Terceiro Outorgantes

- 1. O Segundo Outorgante tem um papel de interlocução entre a coletividade e o Município, bem como a responsabilidade de acompanhar a manutenção e dinamização dos espaços nos termos dos objetivos definidos.
- 2. Os Segundo e Terceiro Outorgantes serão responsáveis pelo acompanhamento da gestão e manutenção dos edifícios escolares e das respetivas infraestruturas, incumbindo-lhe:



- 2.1 Fazer uma utilização normal e prudente dos espaços, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo;
- 2.2 Utilizar e gerir os espaços disponibilizados, tornando-os num polo de desenvolvimento;
- 2.3 Suportar todas as despesas de água, eletricidade;
- 2.4 Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
- 2.5 Manter o recinto da escola nas melhores condições;
- 2.6 Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença dos Segundo e Terceiro Outorgantes nos espaços em apreço, e suportar os respetivos custos;
- 2.7 Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações nos espaços, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do Primeiro Outorgante;
- 2.8 A utilização destes edifícios escolares está exclusivamente afeta aos Segundo e Terceiro Outorgantes, não podendo estas cedê-la a terceiros, devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

Cláusula VI

Devolução do Espaço, InfraEstruturas e Equipamentos

Aquando do *terminus* do presente Protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo e Terceiro Outorgantes obrigam-se a:

- a) Devolver ao Município de Ourém os espaços cedidos, livres de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos no estado de conservação em que os recebeu, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII Casos Omissos

As questões omissas no presente Protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Presidente da Junta de Freguesia



Cláusula Única

O	presente	Protocolo	contém	quatro	folhas,	todas	numera	adas e	rubricad	as	pelos
re	presentant	es das en	tidades d	outorgan	tes, à e	exceção	da últi	ma qu	e contém	as	suas
as	sinaturas,	sendo feito	em dup	licado, f	icando เ	ım exer	mplar na	a posse	de cada	uma	a das
en	tidades ou	torgantes.									

	Ourém, de de 201_
O Primeiro Outorgante Município de Ourém	O Segundo Outorgante Junta de Freguesia de Urqueira
Paulo Alexandre Homem de O.	Adão Moura Vasconcelos

O Terceiro Outorgante Associação Cultural e Recreativa de Urqueira

Fonseca

Teófilo Bento Gameiro Presidente de Direção da Associação



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

"Plano de desenvolvimento do andebol no concelho de Ourém"

Considerando que a prática desportiva é um direito fundamental dos cidadãos reconhecido na Constituição da República Portuguesa;

Considerando que o elevado valor educativo do andebol, modalidade desportiva de grande implantação nacional e distrital, pode assumir um papel fundamental na formação dos jovens do concelho de **Ourém.** Atendendo a que esse fato obriga todos os agentes envolvidos no fenómeno desportivo e na área da formação, a esforços de otimização e eficácia permanentes, dos meios e formas da atividade física:

Assumindo que o aproveitamento integral de tais esforços radica na conjugação das funções e no clima de confiança recíproca entre as instituições que organizam, promovem e apoiam as atividades desportivas;

Entre

O MUNICÍPIO DE OURÉM, pessoa colectiva de direito público, com o NIPC 501 280 740 e sede em Praça D.ª Maria II, 2490-499 Ourém, representada neste ato pelo seu presidente Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública e utilidade pública desportiva, com o NIPC 501 361 375 e sede na Calçada da Ajuda, 63-69 em Lisboa, representada pelo seu Presidente, Ulisses Pereira e Vice – Presidente Augusto Silva,

A UNIÃO DESPORTIVA DE OURÉM, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 510 973 655 e sede na loja n.º 1 do jardim Plessis-Trévise, 2490-499 Ourém, representada pelo seu Presidente João Nuno Crespo Godinho de Oliveira,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CÓNEGO DR. MANUEL LOPES PERDIGÃO - CAXARIAS, pessoa coletiva com o NIPC 600 079 163, com sede na Avenida 21 de Junho, em Caxarias,



abreviadamente designado por AGRUPAMENTO, e aqui representado pelo seu Diretor, Ramiro Arquimedes Batista Marques,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CONDE DE OURÉM, pessoa coletiva com o NIPC 600 082 385, com sede na Rua Comandante Joaquim da Silva, em Ourém, abreviadamente designado por AGRUPAMENTO, e aqui representado pela sua Diretora Micaela Abrantes dos Santos Durão,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OURÉM, pessoa coletiva com o NIPC 600 082 881, com sede na Rua Dr. Justiniano da Luz Preto, em Ourém, abreviadamente designado por AGRUPAMENTO, e aqui representado pela sua Diretora Sandra Margarida dos Santos Rodrigues Pimentel,

O COLÉGIO DE SÃO MIGUEL, pessoa coletiva com o NIPC 500 845 719, com sede na Rua D. João Pereira Venâncio, n.º1, em Fátima, abreviadamente designado por COLÉGIO, e aqui representado pelo aqui representado pelo seu Diretor Geral Padre Adelino Filipe Guarda,

O COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, pessoa coletiva com o NIPC 500 911 320, com sede na Rua Jacinta Marto, n.º 40, em Fátima, abreviadamente designado por COLÉGIO, e aqui representado pelo aqui representado pelo seu Diretor Serafim da Silva Assunção e Costa,

O CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA, pessoa coletiva com o NIPC 501 955 151, com sede na Rua do Centro de Estudos de Fátima, Planalto do Sol, Moita Redonda, em Fátima, abreviadamente designado por COLÉGIO, e aqui representado pelo Excelentíssimo Senhor Diretor Manuel Augusto Fonseca Pires Bento,

A INSIGNARE – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO, pessoa coletiva com o número 502 964 685, com sede no edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Ourém, abreviadamente designada por INSIGNARE, e aqui representada pelo seu Diretor Executivo, Francisco António Dias Vieira.

Sem prejuízo das competências e finalidades próprias de cada instituição,



Celebram o presente **PROTOCOLO**, que tem como principal objectivo a realização de um "Plano de Desenvolvimento do Andebol no Concelho de Ourém".

Assim, a Federação de Andebol de Portugal, o Município de Ourém, a União Desportiva de Ourém, os Agrupamentos de Escolas, Colégios do concelho de Ourém e a Insignare - Associação de Ensino e Formação comprometem-se a cooperar para a realização de um conjunto de ações que possibilitem a promoção e prática do andebol à população jovem do concelho de Ourém.

Nesse sentido.

A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL, compromete- se a :

- 1.º Promover e apoiar as ações de divulgação e propaganda que possibilitem um conhecimento adequado das ações e atividades do **andebol**, consideradas no âmbito do presente protocolo;
- 2.º Realizar ações de formação de agentes desportivos que promovam, divulguem e enquadrem as atividades desportivas oriundas do Município de Ourém na área dos técnicos e árbitros, ações essas que serão enquadradas dentro do âmbito das respectivas carreiras federadas;
- 3.º Apoiar diretamente os docentes de educação física ou outros agentes desportivos para o fomento e a prática do andebol nos seus estabelecimentos de ensino e/ou nas estruturas associativas em que estiverem inseridos, de acordo com programa específico de enriquecimento curricular;
- 4.º Apoiar a filiação e inscrição de clubes do concelho que desejem encetar a prática federada do andebol;
- 5.º- Em concordância com a iniciativa autárquica, apoiar a criação de condições para a estruturação de escolas de andebol, nomeadamente na direção técnica e operacionalização inicial.
- 6.º- Equipar as escolas dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico do concelho de Ourém com material para a prática da modalidade de andebol.

O MUNICÍPIO DE OURÉM compromete-se a:

- 1.º Apoiar logisticamente as ações previstas ao abrigo do presente protocolo, nomeadamente na dinamização da modalidade, com a realização de Festand 's (Festas de Andebol) sempre que considere a sua realização oportuna e possível.
- 2.º Apoiar as actividades previstas no presente protocolo será definido de acordo com os recursos disponíveis no município (logísticos, materiais).
- 3.º Divulgar as diversas ações a desenvolver, possibilitando uma participação alargada da população.

A UNIÃO DESPORTIVA DE OURÉM compromete-se a:

- 1.º- Promover as condições inerentes à prática do andebol no concelho de Ourém.
- 2.º- Dinamizar sessões de informação sobre a prática do andebol aos docentes dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico nos estabelecimentos de ensino do concelho, mediante solicitação e agendamento prévio.

OS AGRUPAMENTOS E COLÉGIOS DO CONCELHO DE OURÉM comprometem-se a:

- 1.º- Promover a prática do andebol nas atividades do 2.º Ciclo do Ensino Básico nomeadamente no apoio com a promoção da modalidade, nas aulas de educação física.
- 2.º- Garantir condições de realização de formações realizadas por entidades acreditadas na área.
- 3.º- Divulgar as iniciativas, possibilitando uma participação alargada das comunidades escolares.

A INSIGNARE- ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO compromete-se a:

1.º- Promover as condições inerentes à prática do andebol junto dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico no âmbito das atividades de enriquecimento curricular.



- 2.º- Proporcionar condições para o enquadramento dos professores das atividades de enriquecimento curricular, em particular na formação.
- 3.º- Divulgar as iniciativas junto dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, possibilitando uma participação alargada da comunidade escolar.

O presente protocolo tem a validade de dois (2) anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de igual duração, se não for denunciado por uma das partes com um mês de antecedência em relação ao termo da sua atividade.

Durante o período de vigência do presente protocolo, poderão associar-se outras entidades educativas mediante manifestação expressa e formal, que deverá ser submetida à apreciação e aprovação em reunião de Câmara.

Ourém, de Fevereiro de 2015	
O MUNICÍPIO DE OURÉM O Presidente	A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL O vice Presidente
	Augusto Silva
Paulo Fonseca	
A UNIÃO DESPORTIVA DE OURÉM O Presidente	O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CÓN. DR. MANUEL LOPES PERDIGÃO CAXARIAS O Diretor
João Nuno Crespo Godinho Oliveira	Ramiro Arquimedes Batista Marques



O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CONDE DE OURÉM A Diretora	O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OURÉM A Diretora
Micaela Abrantes dos Santos Durão	Sandra Margarida dos Santos Rodrigues Pimentel
O COLÉGIO DE SÃO MIGUEL O Diretor Geral	O COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA O Diretor
Padre Adelino Filipe Guarda	Serafim da Silva Assunção e Costa
O CENTRO DE ESTUDOSDE FÁTIMA O Diretor	A INSIGNARE- ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO O Diretor
Manuel Augusto Fonseca Pires Bento	Francisco António Dias Vieira



APOIO AO INVESTIMENTO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA DE FREIXIANDA "VALORIZAÇÃO DA ENVOLVENTE DA CAPELA DA PERUCHA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. A Capela da Perucha, em honra de N.ª Sr.ª da Piedade, sedeada no lugar de Perucha, Freguesia de Freixianda, é propriedade da Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda e confina com uma área que está na jurisdição do domínio público da União de Freguesias...
- 2. O imóvel tem valor cultural e artístico, constante em documento PDM, no inventário dos valores municipais edificados, (Diário da República, I Série B " 8186- (628) N.OJOI-30 de Dezembro de 2002), com relevo para a sua envolvente por representar: um elemento de conexão territorial entre as antigas freguesias de Freixianda e Ribeira do Fárrio; um marco viário secular ao confinar com a secular «estrada real», valorizando a história viária regional; e uma referência espiritual e social para os peregrinos de Fátima conduzidos pela rota "Caminhos do Norte", trazida designadamente de Alvaiázere e Ansião, que ali param para orar e descansar.
- 3. Foram cumpridos os termos do protocolo celebrado entre o Município de Ourém e a Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda, em 25 de janeiro de 2011, para a recuperação do templo (nave e torre), cabendo ao Município conceber o projeto técnico de execução e o plano de conservação e restauro; apoiar na preparação dos procedimentos concursais necessários à execução do projeto e da candidatura ao Programa PRODER (que mereceu aprovação); e acompanhar tecnicamente a execução da obra.
- As receitas próprias da Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda são insuficientes para a prossecução dos trabalhos de valorização da envolvente do templo.



Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

SEGUNDO OUTORGANTE: Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 195 530, com sede na Rua Padre Faustino, nº 1, 2435-285 Freixianda, representada neste ato pelo Presidente da Direção ----

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da valorização da envolvente da Capela da Perucha, situada em Estrada real - Perucha, conforme o projeto técnico previsto em Anexo – I____

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 12.500,00€ (Doze Mil e Quinhentos Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo
 II, o qual decorrerá de maio de 2015 a dezembro de 2015.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamer	nto será	efetuado	por	transf	erêr	icia bancá	ria, p	ara a conta ba	ancária da
	Freguesia	de _		_,	com	О	número	de	identificação	bancária
							_, da		entidade	bancária
							_, conform	e cor	nsta no Anexo	- III, que
	faz parte int	egrante	do preser	nte p	rotoco	lo.				

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;



- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compreende 7	_ folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricada	s pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos	S.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2015, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos s	seus Outorgantes.





Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca